

# Maternidade e interseccionalidade: As implicações de gênero, raça e classe na sociedade contemporânea

Katiúcia Pletiskaitz\*

Sueli Salva\*\*

## Considerações iniciais – o que é a maternidade

Este artigo dedica-se a discutir as temáticas sobre maternidades na contemporaneidade, sob a perspectiva interseccional, considerando, assim, as implicações de gênero, raça e classe. Para tanto, recorreremos a Akotirene (2020), Iaconelli (2021), Badinter (1985), Davis (2016), Saffioti (1979), bell hooks (2020), entre outras estudiosas das temáticas de gênero, interseccionalidade e maternidades nas quais nos debruçamos a fim de materializar este trabalho.

As maternidades fazem parte da vida das mulheres, essa experiência pode ser vivenciada de diversas formas, seja pela experiência de gestar um bebê ou de adotar, ou ainda por optar não ter filhos, visto que a negação de viver a maternidade também produz impacto na vida das mulheres, esses impactos não se resumem a um episódio na vida, mas acompanham toda a trajetória das mulheres, que se inicia mesmo antes de seu nascimento, pois está presente no imaginário, no “de vir” ser mulher e, muitas vezes, no “dever” para ser mulher.

Porém, as implicações que perpassam as maternidades não são hegemônicas, as diferenças étnico-raciais e de classe social atribuem possibilidades e impossibilidades das maternidades. A responsabilidade da maternidade recai sobre as mulheres,

---

\* Bacharel em Serviço Social pela Universidade Franciscana de Santa Maria. Pós-Graduada *Latu Sensu* pela Universidade Federal do Pampa - campus São Borja, Mestra em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria, Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria.  
E-mail: katiuciapletiskaitz@unipampa.edu.br

\*\* Doutora em Educação (UFRGS), especialista em Dança (PUC/RS); Pedagoga (UPF). Professora no Departamento de Metodologia do Ensino, no CE, UFSM. Atua no PPGE/UFSM, orienta e pesquisa sobre os temas das culturas infantis e práticas educativas na infância. É membro do grupo de pesquisa “Filosofia, Cultura e Educação” (FILJEM/CNPq).  
E-mail: sueli.salva@ufsm.br

sobretudo, as mulheres negras e periféricas, abandonadas pelo Estado na sociedade capitalista contemporânea.

A estudiosa sobre a temática “parentalidade”, Vera Iaconelli (2021) apresenta a seguinte afirmação: “A maternidade é um luxo que só começa a valer a partir da classe média, casada, branca, cis e heterossexual. Fora desse espectro, toda a reprodução é tida como um estorvo”. A afirmação de Iaconelli sintetiza a realidade das mulheres, em breves três linhas e carrega inúmeras problemáticas a serem discutidas.

Tal ponderação chega-nos como um soco e um abraço, ao mesmo tempo, a medida que consegue ricamente sintetizar a realidade cruel na qual a sociedade contemporânea sobrevive, chega-nos como um abraço à medida que corrobora com nossas perspectivas de pesquisa e de compreensão da contemporaneidade.

O estorvo, neste caso, permeia modos de pensar de uma parcela da população que julga moralmente mulheres pobres, negras, indígenas, periféricas quando elas são mães, como também atravessa ações de governos que podem cometer crimes como formas de impedir que as mulheres pobres sejam mães. Constantemente, são os mesmos indivíduos que atuam criminalizando o aborto, uma vez que caberia à mulher a decisão de interromper ou não uma gestação, colocando em prática ações, como a laqueadura por exemplo, sem que as mulheres sejam consultadas sobre essa intervenção. Essas ações estão atravessadas por relações de poder, gênero, classe e raça.

Esses atravessamentos expõem que as opressões não se resumem às implicações de gênero, esta é apenas uma das formas de subjugar os sujeitos, torna-se indispensável explorar as questões de classes sociais e raça. Ao compreendermos que a sociedade capitalista neoliberal agrava as situações de vulnerabilidade e miserabilidade humana, deixando os sujeitos sem acesso aos meios de sobrevivência e dignidade, sem acesso a direitos básicos os quais deveriam ser garantidos pelo Estado, entendemos que esse modelo de Estado mínimo exime-se de responsabilidades, operando a necropolítica<sup>1</sup>.

Juntamente às questões de gênero e classe, as desigualdades étnico-raciais, que permanecem na sociedade contemporânea, modelo societário que posiciona as mulheres e homens pobres, sobretudo negros, à margem da sociedade e dos meios de produção econômico, excluem e inviabilizam o acesso às políticas públicas de

---

<sup>1</sup> Conceito cunhado por Achille Mbembe (2016), referindo-se à maneira em que são praticadas formas de destruição da existência humana, aqui, no Brasil, neste momento, percebe-se essa prática em relação à morte de crianças nas periferias das grandes cidades, quer seja de bala perdida, que seja de forma intencional pelos aparelhos de segurança do Estado.

educação, saúde e sobrevivência, além disso, eles são as maiores vítimas de violência e morte por parte das instituições repressoras do Estado, são discriminados socialmente desde sua infância.

A construção do Brasil, desde a chegada dos colonizadores, foi marcada pela violência, pela barbárie, pelo extermínio dos povos originários, pelo estupro das mulheres, pela exploração de mão de obra de pessoas negras escravizadas. Todas essas desumanidades geraram consequências culturais e estruturais na sociedade brasileira, visto que fomos um dos últimos países a abolir o sistema escravocrata, ainda que teoricamente, pois, na atualidade, descobrem-se casos de situações de exploração análogas à escravidão em diversos lugares do país.

Com o “fim” da escravidão, a população negra foi jogada à própria sorte, desamparada pelo Estado, sem trabalho, sem recurso algum, a desigualdade jamais foi reparada, as diferenças econômicas são imensas em decorrência da má distribuição de renda, prejudicando diretamente a população negra que, atualmente, corresponde a mais da metade da população brasileira.

## As perspectivas de gênero

Desde o período do Brasil Colônia, os filhos e filhas da burguesia foram criados pelas mulheres negras, alimentados e cuidados por elas, muitas vezes, essas mulheres eram separadas de seus filhos para amamentar e zelar pelas crianças brancas de seus “senhores”. As mulheres negras trabalham desde sempre, quando, por diversas vezes ouvimos a seguinte frase: As mulheres conquistaram o direito ao trabalho, devemos questionar a quais mulheres estão se referindo, visto que o trabalho exercido dentro de casa ou fora do espaço doméstico, ainda que informal, é trabalho, sim. A desvalorização do trabalho doméstico configura-se como estratégia de dominação e opressão de gênero.

Na perspectiva moderna para os estudos de gênero, podemos destacar a concepção apresentada pela historiadora estadunidense Joan Scott, a qual considera a necessidade de organizar e definir o conceito de gênero, emergindo a preocupação dessa categoria teórica nas ciências sociais. Ao final da década de 1980, as discussões giravam em torno da oposição entre homem/mulher, não se discutia a terminologia gênero nas teorias sociais para pautar as relações sociais entre os indivíduos, o termo “Gênero” passou a ser difundido nos meios acadêmicos em 1988, por Scott.

No período em que a terminologia Gênero surgiu como um termo científico e foi adotada pelas ciências sociais, Scott acredita ser essa uma atitude empreendida por algumas feministas contemporâneas que consideravam as teorias existentes, sobre as desigualdades entre homens e mulheres, insuficientes para definir tal diferença. A referida autora apresenta sua definição de gênero em duas partes compostas de subpartes, sinalizando-as com a seguinte definição: “[...] o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos” (SCOTT, 1990, p. 14).

Posterior a essa definição, a historiadora expõe que, para a apreensão da categoria gênero, precisamos compreender que quatro elementos constituem essa categoria, sendo eles: os símbolos culturais; os conceitos normativos; a educação e o sistema político e a identidade subjetiva. Scott refere-se também ao conceito de gênero como primeiro modo de significar as relações de poder.

Assim, se gênero constitui a maneira primordial de significar as relações de poder, percebemos a importância de compreender como se difundem socialmente esses significados, visto que constituem a construção social do masculino e do feminino e as consequências decorrentes dessas construções. A perspectiva de gênero presente nas teorias modernas não rompe totalmente com o binarismo e com o determinismo biológico, uma vez que, historicamente, difere os seres humanos a partir de sua distinção de sexo, entre homens e mulheres, em qualquer período histórico, permanecendo a diferença do sexo como fator biológico, natural.

Porém, diferentemente do determinismo biológico, a teoria moderna de gênero não entende que haja interferência e/ou determinismo psicológico ou subjetivo que decorra naturalmente da condição biológica dos indivíduos.

Entendemos, nessa perspectiva, que a história e as organizações humanas são reflexos das representações e relações de poder, que são passíveis de mudança. Em outros termos, as diferenças sexuais dos indivíduos, isoladamente, não constituem fator determinante na organização das relações entre homens e mulheres, pois o determinante estaria nas relações de poder que são definidoras das interações dos sexos. Para Scott (1990), o estudo de gênero precisa da história como sendo seu objeto dos estudos e método de análise, assim, gênero serviria para pensar a história enquanto categoria analítica acerca das hierarquias sociais e relações de poder, bem como instrumento de intervenção social.

Na perspectiva dos estudos de Gênero no Brasil, podemos destacar a socióloga brasileira Heleieth Saffioti, que discutiu, principalmente, as questões de violência de

gênero, denunciou, em seus textos, o patriarcado e enfatizou que a questão de gênero ganhou tamanha centralidade no debate feminista, que jogou o “patriarcado” para o escanteio. Porém, para a autora, a categoria gênero por si só não explicaria nem superaria a desigualdade e a opressão das mulheres, uma vez que, segundo a autora “[...] tratar esta realidade exclusivamente em termos de gênero distrai a atenção do poder do patriarca, em especial como homem/marido, ‘neutralizando’ a exploração-dominância masculina” (SAFFIOTI, 2004, p. 136). A respeito do conceito de gênero, Saffioti (2004, p. 44-45) define que:

Este conceito não se resume a uma categoria de análise como muitas estudiosas pensam, não obstante apresentar muita utilidade enquanto tal. Gênero também diz respeito a uma categoria histórica, cuja investigação tem demandado muito investimento intelectual. [...] Cada feminista enfatiza determinado aspecto do gênero, havendo um campo ainda que limitado, de consenso: o gênero é a construção social do masculino e do feminino. O conceito de gênero não explicita, necessariamente, desigualdade entre homens e mulheres. Muitas vezes, a hierarquia é apenas presumida.

Assim, para a autora, o conceito de gênero é considerado fundamental, contudo, não suficiente, pois se demonstra generalista, o que poderia tirar o foco das questões de exploração e desigualdade vividas historicamente pelas mulheres.

Diferentemente das perspectivas apresentadas até aqui, temos também a perspectiva pós-moderna. Destaca-se, neste caso, a filósofa Judith Butler que é uma filósofa pós-estruturalista estadunidense, uma das principais teóricas da questão contemporânea do feminismo, teoria Queer, filosofia política e ética. Butler propõe a desconstrução e a superação do conceito de gênero que baseia a teoria feminista, segundo a autora, a divisão sexo/gênero funciona como uma espécie de pilar fundacional da política feminista e parte da ideia de que o sexo é natural e o gênero é socialmente construído, ou seja, poderia ser desconstruído.

Segundo Butler (2003), o conceito de gênero legitima a ordem, a filósofa critica essa “compulsão” presente na obrigatoriedade que há a respeito do sexo, do gênero e do desejo, logo, se o bebê, ainda que esteja na barriga da mãe, tenha pênis ele será menino e deverá desejar meninas. A crítica perpassa a heteronormatividade, a dualidade entre os sexos e entre outras questões que fixam o gênero.

## A maternidade e suas (im)possibilidades

A maternidade configura-se como mais uma das obrigações que o patriarcado naturalizou como sendo destino das mulheres. Porém, deve ser observada por diversos aspectos em nossa sociedade capitalista neoliberal, patriarcal, racista, transpondo o caráter determinista biológico. Perrot (2007, p. 69) afirma que “[...] como a função materna é um pilar da sociedade e da força dos Estados, torna-se um fato social. A política investe no corpo da mãe e faz o controle da natalidade uma questão em evidência”.

Badinter (1985), ao tratar sobre a maternidade, afirma que, ainda na contemporaneidade, os valores morais embasam os julgamentos feitos sobre as mulheres, sobretudo, acerca da maternidade. Um por serem muito jovens, outras por serem consideradas muito velhas, outras por não terem filhos ou ainda outras por terem filhos em “demasia”. Esses julgamentos acerca da maternidade estão referendados na perspectiva capitalista, patriarcal, racista. Sob essa perspectiva, desqualifica-se as mulheres pobres e as mulheres negras que tenham um número considerado elevado de filhos, porém exalta (quase beirando a obrigatoriedade) a maternidade às mulheres que possuem poder econômico suficiente para movimentar o mercado econômico que gira em torno de produtos para mães e filhos (as).

Neste sentido, percebemos as múltiplas facetas que a maternidade pode apresentar. Em alguns casos, a maternidade pode ser vista como um problema social, principalmente nas classes pobres brasileiras, entre adolescentes ou jovens e mulheres pobres. Isto porque se a família não puder custear um plano de saúde privado e se não possuir aporte econômico suficiente para o sustento da gestante e seu filho, estes necessitarão utilizar os serviços públicos do Estado.

O acesso à saúde, à alimentação, à educação pública, entre outros, são direitos aos quais as mulheres e seus filhos(a) devem ter acesso, porém nem sempre os direitos são garantidos a quem deles precisa, sobretudo, às mulheres pobres, mulheres negras, moradoras de periferia e crianças.

Segundo Badinter (2011, p. 143), “[...] em cada cultura, existe um modelo ideal de maternidade predominante que pode variar segundo as épocas. Conscientemente ou não, todas as mulheres o carregam”. As mulheres sofrem julgamentos morais e sociais também pelo não exercício da maternidade, o qual, mesmo não declarado formalmente, está garantido aos homens através da prática de não exercício da paternidade. No Brasil, como comprovam os dados publicados pelo Conselho Nacional

de Justiça, com base no Censo Escolar de 2011, 5,5 milhões de crianças brasileiras não têm o nome do pai na certidão de nascimento (DIAS, 2013).

Sabemos que o exercício da paternidade vai além do registro na certidão de nascimento das crianças. Ele deve envolver suporte financeiro, emocional e de cuidados, mas a falta de reconhecimento paterno no âmbito legal, parece-nos um significativo sinalizador da não responsabilização paterna acerca dos cuidados com seus filhos, fato que se desdobra nas questões de gênero, pois, mais uma vez, as mulheres estão em situação de desigualdade em relação aos homens. bell hooks (2020, p. 113) considera que o movimento feminista contribuiu para uma mudança cultural no sentido de evidenciar a importância de maior participação dos homens na criação das crianças, mudança que poderia influenciar na construção de melhorar o relacionamento com as crianças.

Os cuidados dos filhos, geralmente, ficam a cargo das mães, sem a participação paterna e com alguma (ou nenhuma) contribuição financeira para o sustento dos filhos. Os deveres maternos aumentaram em comparação a outros períodos da história em que se baseavam nos cuidados corporais e afetivos. Trataremos aqui das questões ligadas à maternidade, mas cientes das relações de parentalidade<sup>2</sup>, que envolvem pais e cuidadores, ultrapassando, assim, os cuidados somente maternos.

Atualmente, os deveres maternos envolvem a responsabilidade com o desenvolvimento psicológico, social e intelectual da criança (BADINTER, 2011). Conforme Badinter (2011, p. 144), “[...] as mulheres encontram-se no centro de uma tripla contradição”, a primeira consiste no aspecto social, pois “a maternidade é sempre considerada a mais importante realização da mulher, ao mesmo tempo que é desvalorizada socialmente”; a segunda consiste na contradição que diz respeito às relações dos casais, uma vez que “[...] o cansaço, a falta de sono e de intimidade, os constrangimentos e os sacrifícios que a presença de uma criança impõe podem esmorecer a relação de um casal”; e, por fim, a terceira contradição “[...] mais dolorosa que reside no íntimo de cada mulher que não se confunde com a mãe [...]”, ou seja, aquelas que “[...] sentem-se divididas entre o amor pelo filho e os desejos pessoais” (BADINTER, 2011, p. 144-145).

---

<sup>2</sup> “[...] tema que abrange a produção de discursos e as condições oferecidas pela geração anterior para que uma nova geração se constitua subjetivamente em uma determinada época. Isso implica considerar os sujeitos que se incumbem dessa tarefa no plano singular e o campo social que os enlaça” (TEPERMAN; GARRAFA; IACONELLI, 2021, p. 07).

Na contemporaneidade, exige-se das mulheres dedicação exclusiva e total à criação e cuidado das crianças e idosos<sup>3</sup>, à dedicação total ao trabalho e à dedicação total aos cuidados domésticos, atividades claramente impossíveis de serem realizadas com exclusividade de tempo, visto as diversas jornadas de trabalho das mulheres, destacando aqui a importância do trabalho doméstico que não é remunerado, de cuidados das crianças e demais familiares que socialmente não são considerados trabalho, visto a naturalização da “obrigatoriedade” da realização desses trabalhos pelas mulheres, sublinhamos que invisibilidade e desqualificação do status do trabalho doméstico e de cuidado são indispensáveis para a manutenção do sistema exploratório capitalista atual.

Para bell hooks (2020, p. 113):

Uma das intervenções positivas do movimento feminista em nome das crianças foi criar uma maior conscientização cultural da necessidade de participação igual dos homens na criação, não somente para construir a equidade de gênero, mas também para estabelecer melhores relacionamentos com as crianças.

Apesar do esforço de tentar inserir os homens em práticas de cuidados, a maior parte da responsabilidade recai sobre as mulheres e ainda perdura uma educação sexista praticada por muitas mulheres, considerando que todas estamos “[...] dentro de culturas de dominação patriarcal capitalista de supremacia branca”, enfatiza bell hooks (2020, p. 110).

Sobre a educação das crianças ainda é evidente a construção de relações de poder e, algumas vezes, de dominação do adulto para a criança, chamamos de perspectiva adultocêntrica, que entende a criança como sujeito incompleto, em vias de preparação para o mundo adulto, um sujeito que ainda não é, que ainda não fala.

---

<sup>3</sup> “Como argumentaram as economistas feministas, a crise do cuidado com os idosos, seja ela considerada do ponto de vista dos idosos ou de seus cuidadores, é essencialmente uma questão de gênero. Ainda que seja cada vez mais tratada como mercadoria, a maior parte do trabalho de cuidado ainda é feita por mulheres na forma de trabalho não remunerado, o que não lhes dá direito a nenhuma forma de pensão. Assim, paradoxalmente, quanto mais as mulheres cuidam de outrem, menos cuidado elas recebem em troca, pois dedicam menos tempo ao trabalho assalariado do que os homens, e muitos planos de seguridade social são calculados com base nos anos em que a pessoa passa prestando esse tipo de trabalho. Cuidadores pagos, também são afetados pela desvalorização do trabalho reprodutivo, formando uma ‘subclasse’ que ainda precisa lutar para ser socialmente reconhecida como trabalhadora. Em suma, por causa da desvalorização do trabalho reprodutivo, as mulheres, em comparação aos homens, em todos os lugares, encaram a velhice com menos recursos em termos de apoio da família, renda monetária e bens disponíveis” (FEDERICI, 2019, p. 272).



Para Prado (2021), essa é uma posição de adulto colonizador, hierarquizada, que funciona na mesma lógica que os processos de colonização praticados pelos colonizadores em relação às pessoas de países da África e América Latina.

Quando tratamos de crianças negras, o processo adensa-se. Inúmeras pesquisas apontam o tratamento diferenciado que recebem as crianças brancas em comparação com as crianças negras. Finco e Oliveira (2011, p. 75), através das categorias gênero e raça, apontam que há inúmeras ações que operam no sentido da “estereotipação e exclusão das crianças negras que resultam em vivências diferenciadas e na diminuição de contatos e das possibilidades de interação e brincadeiras”. Da mesma forma, Salva, Schutz e Mattos (2021, p. 162) denunciam cenas em que as crianças pequenas sequer são chamadas pelo nome, relegadas a ficar “sem olhar, sem escuta, sem acolhimento, sem nome”, enquanto as crianças brancas, além do nome, recebem apelidos de príncipes.

## **Interseccionalidades: As opressões combinadas**

Quando nos referimos às desigualdades e opressões, precisamos compreender que elas ocorrem de diferentes maneiras e com diferentes combinações, com cada grupo de sujeitos, ocorrem de maneira sobrepostas e interrelacionadas. Ao tratarmos de opressão de gênero, indispensavelmente, precisaremos considerar as demais opressões que estão atreladas a ela, como as questões de classe e raça.

A categoria gênero não abarca uma categoria hegemônica de sujeitos, ao tratarmos de tal categoria estamos englobando (no caso do feminismo) mulheres brancas, negras, indígenas, quilombolas, com deficiências, enfim, ainda que, diversas vezes, essa pluralidade fique apenas no campo teórico, entendemos a necessidade de compreender e combater as mais diversas formas de opressão, não havendo uma hierarquia entre elas, mas uma correlação.

O termo interseccionalidade refere-se aos diversos sistemas de opressão, inseparáveis, que exclui e discrimina os sujeitos, trata-se de uma terminologia sociológica cunhada por Kimberlé Crenshaw em 1989, porém as discussões deram-se a partir das teorizações e enfrentamentos liderados pelo movimento Black Feminist, nos Estados Unidos e Reino Unido entre as décadas de 1970 e 1980. A partir das produções teóricas de mulheres negras, foi possível o desenvolvimento do pensamento sociológico e o fortalecimento dos debates sobre interseccionalidade.

Neste sentido, ao debatermos as questões sobre maternidade, torna-se emergente reconhecermos que as mulheres mães ainda compõem um grupo oprimido socialmente, sobretudo as mulheres não brancas e que não se enquadram na perspectiva cisheteronormativa e que sejam pobres. O Estado tem direito sobre os corpos femininos e sua reprodução, sobretudo em países em que há proibição e criminalização do aborto, as mulheres são reguladas pelo Estado e pelos homens de suas relações, seja ele companheiro, pai, irmão. Ainda que, atualmente, as mulheres tenham alcançado certa independência (com muitas lutas, resistências e enfrentamentos), ao engravidar, as mulheres perdem grande parte de sua autonomia, seja pela condição física de carregar seu filho em seu corpo, seja pelas questões que envolvem a divisão sexual do trabalho, seja pela falta de acesso à rede de apoio social que ofereça escola e creche em horários compatíveis para que as mulheres possam trabalhar e qualificarem-se, por exemplo.

Apesar de percebermos alguns avanços nas divisões de tarefas em alguns lares, essa realidade ainda está longe de chegar à maioria das casas brasileiras, ainda hoje está vivo, no discurso popular, a valorização de homens pais que “ajudam” suas companheiras, não há divisão igualitária de responsabilidades, assim, as mulheres ficam sobrecarregadas com tarefas domésticas e de cuidado, tendo suas vidas pessoais, de atuação política, social e econômica inviabilizadas.

O trabalho doméstico não remunerado segue sendo executado prioritariamente por mulheres, nos espaços de trabalho, percebemos a maioria de mulheres negras em subempregos, no âmbito privado, essas mulheres, muitas vezes, chefiam suas famílias solitariamente, sendo a única responsável pelos filhos e o sustento deles.

Nas universidades, encontramos um quadro reduzido (ou quase inexistente) de professoras negras, quanto maior a hierarquia dentro de uma instituição, mais branca e masculina ela é; em cursos prestigiados, como medicina, também são raros os casos de alunas negras, ou seja, em um país em que cinquenta por cento da população declarou-se negra, por qual razão essa população não acessa postos de poder, de maior prestígio e com maior retorno econômico?

A vida das mulheres, mesmo antes de seu nascimento, está produzida no imaginário social e familiar, assim que nascem as mulheres são induzidas à maternagem e à maternidade, recebem brinquedos e instruções, ainda que sutis, de como agir e ser mulher no mundo.

Essa produção dos corpos ocorre de maneira diversa, as mulheres negras encontram alguma representatividade em poucos brinquedos e personalidades, mas

resistem e buscam transformação. As mulheres brancas, geralmente, são instruídas ao casamento e ao cuidado, porém contam com representatividade em diversas áreas, apesar das opressões não ocorrerem igualmente a cada mulher, todas estão submetidas às opressões, ainda que não percebam.

## Desafios para pensar a maternidade

A maternidade compõe o imaginário social como sendo a função, quando não a única finalidade de vida das mulheres, o controle sobre seus corpos e o “há de vir” enquanto sujeito está bem delimitado e predefinido, mesmo antes do nascimento de uma menina.

As cores das quais seu mundo será colorido limitam-se ao rosa e amarelo, seus brinquedos direcionam-se ao cuidado e à maternagem, seus estudos são as licenciaturas e áreas humanas, os cuidados com a casa, com os idosos e dos homens da família são tarefas pelas quais as mulheres devem realizar solidariamente, sem pagamento, sem descanso e sem auxílio.

Inicialmente, essas predefinições sobre como ser mulher podem parecer exagero, porém não são. As diversas formas de opressão que compõem o cotidiano feminino apresentam-se discretamente muitas vezes, em outras, nem tanto.

O discurso baseado na meritocracia não se aplica quando tratamos da interseccionalidade de gênero, raça e classe, neste caso, encontramos muita luta e resistência para sobreviver. As mulheres negras são as maiores vítimas de violência física de gênero, são as que estão à margem do acesso ao trabalho, ficando, na maioria das vezes, em subempregos, ainda que tenham excelentes qualificações acadêmicas.

A falácia da maternidade como um “padecer no paraíso” cai por terra à medida que conversamos com qualquer mulher puérpera, as transformações no corpo, no cotidiano, no acesso à rede de saúde, ao trabalho, aos cuidados com a criança e com a vida cotidiana está longe de ser um paraíso.

Parece chocante quando uma mulher declara não ter a maternidade em seu rol de objetivos, diversos questionamentos surgem em torno dessa decisão, sobretudo, o discurso que garante o futuro arrependimento por não ter filhos, porém raramente permite-se às mulheres o direito ao arrependimento frente à maternidade, ou até mesmo que esboce tristeza e cansaço, situações que levam costumeiramente à

medicalização das mulheres, sem considerar a realidade na qual ela está inserida e ainda pautando-se no ideal de maternidade imaculada.

Embora, teoricamente, os direitos sejam iguais a todos os gêneros, não restam dúvidas que, mesmo dentro de cada grupo de sujeitos, as opressões ocorrem de diferentes formas, com diferentes consequências, diferentes discursos e diferentes maneiras de serem reproduzidas. A crueldade que o sistema patriarcal, capitalista, branco, cisheteronormativo apresenta-se à vida das mulheres, sobretudo às mulheres não brancas, é arrasador. Entendemos, assim, que essa discussão está longe de ser esgotada, mas almejamos que as lutas e resistências enfrentadas pelas mulheres possam, um dia, serem desnecessárias, enquanto isso...avante!

## Referências

- AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.
- BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. 8. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BADINTER, E. **O conflito: a mulher e a mãe**. Tradução por Vera Lucia dos Reis. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- BUTLER, J. P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.
- DAVIS, Â. **Mulheres, raça e classe**. Tradução por Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DIAS, W. Brasil tem 5,5 milhões de crianças sem pai no registro. **Revista Exame.com**. 11 ago. 2013. Disponível em: <https://exame.com/brasil/brasil-tem-5-5-milhoes-de-criancas-sem-pai-no-registro>. Acesso em: 20 dez 2021.
- FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2019.
- FINCO, D.; OLIVEIRA, F. A sociologia da pequena infância e a diversidade de gênero e de raça nas instituições de educação infantil. In: FARIA, A. L. G.; FINCO, D. (Orgs). **Sociologia da Infância no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2011.
- hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.
- IACONELLI, V. Crianças desumanizadas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 out. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vera-iaconelli/2021/10/criancas-desumanizadas.shtml>. Acesso em: 01 maio 2022.

- MBEMBE, A. Necropolítica - biopoder soberania estado de exceção política da morte. **Arte & Ensaios** - Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, n. 32, dezembro 2016 Disponível em:  
<https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>. Acesso em: 10 fev. 2022.
- PERROT, M. **Minha história das mulheres**. Tradução por Angel M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2007.
- PRADO, P. D. **Educação e Culturas Infantis** [Livro Eletrônico]: crianças pequenininhas brincando na creche. Campinas: Autores Associados, 2021. Disponível em:  
[https://www.google.com.br/books/edition/Educa%C3%A7%C3%A3o\\_e\\_culturas\\_infantis/JFc-EAAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&dq=chamo+de+colonizador+o+adulto+que+se+coloca+numa+rela%C3%A7%C3%A3o+de+po+der+siobre+a+crian%C3%A7a&pg=PT45&printsec=frontcover](https://www.google.com.br/books/edition/Educa%C3%A7%C3%A3o_e_culturas_infantis/JFc-EAAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&dq=chamo+de+colonizador+o+adulto+que+se+coloca+numa+rela%C3%A7%C3%A3o+de+po+der+siobre+a+crian%C3%A7a&pg=PT45&printsec=frontcover). Acesso em: 18 dez. 2021.
- SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979.
- SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004 (Coleção Brasil Urgente).
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul/dez. 1990.
- TEPERMAN, D.; GARRAFA, T.; IACONELLI, V. (Orgs.). **Parentalidade**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- SALVA, S.; SCHÜTZ, L. W.; MATTOS, R. S. Decolonialidade e interseccionalidade: Perspectivas para Pensar a Infância. **Cadernos de Gênero**, v. 7, n. 1, p. 160-177, jan./mar. 2021. Disponível em:  
<https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv>. Acesso em: 18 dez. 2021.